



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**SANSÃO XAVIER BUCO CAMPOS**

**POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  
DO CONGO (2002 - 2017): INTERESSES ESTRATÉGICOS  
E RESOLUÇÕES DE CONFLITOS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**SANSÃO XAVIER BUCO CAMPOS**

**POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  
DO CONGO (2002 - 2017): INTERESSES ESTRATÉGICOS  
E RESOLUÇÕES DE CONFLITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Preta Oliveira de Lyra.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**SANSÃO XAVIER BUCO CAMPOS**

**POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  
DO CONGO (2002 - 2017): INTERESSES ESTRATÉGICOS  
E RESOLUÇÕES DE CONFLITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 09/02/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana. P. O. de Lyra (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABAKO – *Aliances des Bakongo* (Aliança dos Bakongos)
- ACNUR - Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- AFDL - *Aliance de Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zairde* (Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire)
- CEEAC - Comunidade Econômica dos Estados da África Central
- CGG - Comissão do Golfo do Guiné
- CIRGL - Conferência Internacional na Região dos Grandes Lagos
- CPLP – Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
- EUA – Estados Unidos da América
- CONAKAT - *Confédérations des Associations Tribales du Katanga* (Confederação das Associações Tribais de Katanga)
- MISSANG - Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau
- MLC - *Mouvement de Libération du Congo* (Movimento de Libertação do Congo)
- MNC – *Mouvement National Congolais* (Movimento Nacional Congolês)
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial MONUC - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
- PEA – Política Externa Angolana
- PE – Política Externa
- RDC – República Democrática do Congo
- RCD - *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (Reagrupamento Congolês para a Democracia)
- SADC - *Southern African Development Community* (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
- ONU – Organização das Nações Unidas
- UA – União Africana
- UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
- URSS – União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO</b>	10
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	12
3.1	OBJETIVO GERAL	12
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	12
4.1	VISÃO GERAL SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA	12
4.2	POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA	16
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	19
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	22
	<b>Referências</b>	23

## 1 INTRODUÇÃO

Angola e a República Democrática do Congo possuem uma vasta fronteira terrestre. Os dois países possuem relações pacíficas, no entanto, os intensos conflitos internos na República Democrática do Congo podem impor riscos aos territórios circunvizinhos, sobretudo o de Angola. Neste sentido, Angola tem consciência de que um conflito mal resolvido nas proximidades das suas fronteiras pode gerar consequências no seu território. (SITA, 2017, p.6).

Em maio de 2017, mais de 20.000 refugiados congolezes foram forçados a cruzar a fronteira de Angola, fugindo da insegurança, violência, limpeza étnica e perseguição política na região de Kasai e Central Kasai. Destes refugiados, cerca de 70% eram mulheres e crianças. (UNHCR, 2017).

Segundo Carvalho (2014), desde o fim de guerra civil, que terminou com a assinatura do Memorando de Luena, em 4 de abril de 2002, Angola adotou a reconstrução do país como prioridade, incorporando os temas de construção da paz, estabilidade e garantia de segurança em sua agenda doméstica e externa. Após a sua independência, Angola tem buscado obter meios e mecanismos para potencializar a sua política externa (PE), com objetivos de firmar-se como um país influente sobre o continente africano, com destaque para a região da África Austral.

Angola tem desempenhado um papel relevante nas organizações regionais africanas, com atuação destacada nas resoluções de conflitos regionais. Por exemplo, temos o caso da atuação de Angola, em 2011, na crise político-institucional na Guiné-Bissau, em que uma missão angolana foi enviada para auxiliar na reforma das Forças Armadas de Guiné-Bissau (MISSANG) (JOSÉ, 2011). Outro exemplo mais recente é o conjunto de ações empreendidas por Angola como presidente da Conferência Internacional sobre os Grandes Lagos (CIRGL) – fórum que Angola presidiu por dois mandatos seguidos entre 2014-2017. A CIRGL, criada em 2002 pelo conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme a região dos grandes lagos, que é uma área geopolítica composta pela República Democrática do Congo, Ruanda, Uganda e Tanzânia, rica em recursos hídricos e com constantes conflitos, que põem em risco a paz internacional e a estabilidade regional. (MIRANDA, 2018).

Segundo discurso do ex-presidente angolano, José Eduardo dos Santos, sobre o Estado da Nação, durante a abertura da IIª Sessão Legislativa da IIIª Legislatura da Assembleia Nacional, em 15 outubro de 2013:

Angola tem reafirmado na sua política externa o primado do respeito pela ordem constitucional e a resolução pacífica dos conflitos e diferendos, em especial no nosso continente, onde ainda prevalecem situações preocupantes no Mali, na República Centro Africana, no Sudão e Sudão do Sul, na Somália, em Madagáscar, na Guiné Bissau e na República Democrática do Congo. (ANGOLA, 2013, n.p.).

Dessa forma, Angola reforça sua preocupação com os conflitos na África. Destes, destaca-se o caso da República Democrática do Congo (RDC). Para se entender as razões da região que hoje é conhecida como RDC foi uma colônia do Reino da Bélgica. O processo de colonização belga iniciou no século XIX e permaneceu por muitos anos. Com o encerrar da Segunda Guerra Mundial, e o conseqüente início da Guerra Fria, foi neste momento que o Congo viu possibilidades favoráveis a se tornar uma nação independente. A independência do Congo (atual RDC) aconteceu igualmente no mesmo momento em que muitas nações vizinhas africanas lutavam contra a colonização e pela independência, aproveitando assim o contexto, pois os países europeus imperialistas estavam debilitados e as duas potências - Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - tinham o objetivo de propagar suas influências ideológicas, capitalista ou socialista. Ambas as superpotências deram suportes aos movimentos de libertação das antigas colônias europeias em África. O Congo se tornou independente em 1960, processo marcado por conflitos internos entre os setores do movimento nacionalista<sup>1</sup> (VALENZOLA, 2013).

De acordo com Barbosa e Teixeira (2007), os conflitos entre o novo governo e províncias separatistas<sup>2</sup> fizeram com que o Primeiro-Ministro, Patrice Lumumba, pedisse ajuda externa por meio de intervenção militar pela ONU (Organização das Nações Unidas) e da União Soviética, o que chamou a atenção dos Estados Unidos, que se envolveram em apoio ao Mobutu Sese.

Segundo Sita (2017), os conflitos na República Democrática do Congo tiveram sua gênese com o fim da Guerra Fria. O então Presidente, Mobutu Sese Seko, subiu ao poder em 1965, fruto de um golpe de Estado<sup>3</sup>. Ele instalou uma ditadura militar, mudou o nome do país e da capital de República Democrática do Congo para Zaire e de Léopoldville para Kinshasa, respectivamente.

---

<sup>1</sup> "[...] o Mouvement National Congolais, [...] se dividiu em dois por querelas internas, o MNC-Lumumba e o MNC-Kalonji, sendo que o primeiro advogava um estado centralizado e o segundo um estado federal." (MARTINS, 2014, p. 32).

<sup>2</sup> Segundo Martins (2014), os três principais partidos que participaram no processo de independência da RDC são: ABAKO, liderado por Joseph Kasavubu que mais tarde foi eleito como primeiro presidente da RDC, MNC liderado por Patrice Lumumba e Moise Tshombe pela CONAKAT.

<sup>3</sup> "No dia 24 de Novembro de 1965, o Chefe das Forças Armadas Congolesas, o Coronel Joseph Désiré Mobutu, enceta um golpe de estado militar sem derramamento de sangue [...]." (MARTINS, 2014, p. 43).

Com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, o governo ditatorial de Mobutu Sese Seko começou a sofrer pressões externas, a fim de fazer reformas estruturais, adotar o multipartidarismo e a instaurar uma conferência nacional com o objetivo de realizar reformas institucionais (SITA, 2017). Desta forma, a realização da conferência nacional, persuadida por forças externas, não foi aceita por Seko, temendo mudanças no *status quo* e isso acabou fragilizando a já fragilizada transição de poder congolese.

Por consequência, o governo de Seko ficou em uma situação difícil, visto que já não tinha a proteção de seus aliados externos, dificultando a entrada de financiamentos internacionais, o que acentuou a crise congolese. A economia do país encolheu 40% entre 1988 e 1995, o Estado desintegrou-se ao ponto de não oferecer o mínimo dos serviços à população e parte considerável do exército dissolveu-se (SITA, 2017).

A RDC (antigo Zaíre) teve apoio de vários países do ocidente, tal como os Estados Unidos da América, a Bélgica (outrora colono e depois como aliado), a França e a Alemanha. O apoio destes países ao regime ditatorial de Seko deveu-se pelo avanço do socialismo nos países vizinho (Angola, Congo Brazzaville, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Benin e Moçambique) e o receio de que o Congo aderisse ao socialismo. Uma vez que o comunismo deixou de ser um temor na agenda ocidental e o incentivo à democracia ganhou centralidade, o regime de Seko perdeu seu apoio externo. Neste sentido, financiar o governo de Mobutu Sese Seko já não era bem visto (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

Com o espoletar dos conflitos armados entre tutsi e hutu, em Ruanda, Burundi estabeleceu uma articulação com Ruanda e Angola para a criação de uma frente para a derrubada do então presidente de Zaire (atual RDC) Mobutu Sese Seko, pois ele era acusado de financiar grupos rebeldes nos países vizinhos. A frente apoiou a *Aliance de Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zairde* (AFDL), do antigo guerrilheiro congolês Laurent Kabila, e o resultado dessa aliança foi a Primeira Guerra do Congo, que deixou mais de 200 mil mortos e levou a derrota de Seko e a ascensão ao poder de Laurent Kabila (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

Era esperado que o novo líder congolês, em certa medida, salvaguardasse os interesses de seus aliados, mas a expectativa foi frustrada devido à inclinação nacionalista do governo Kabila. Essa ação provocou uma cisão entre os aliados e, conseqüentemente, o país voltou a ser invadido por forças vizinhas. Grupos rebeldes foram formados com suporte dos vizinhos Ruanda, Uganda e Burundi. Além disso, Angola, Zimbabué e Namíbia promoveram um bloqueio regional ao país, que foi dividido em três partes sob influência de Uganda, Ruanda e



RDC (antigo Zaire) e a procura e a exploração ilegal de recursos naturais se intensificaram mais ainda (CASTELLANO DA SILVA, 2011).

O não entendimento entre Kabila e os aliados Tutsis de Ruanda, Burundi e Uganda resultou em um levante contra Kabila, em 1998, realizado pela *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* (RCD), liderado por Laurent Nkunda e as tropas de Ruanda e Uganda. Temendo pelas ameaças da rebelião, Kabila pediu ajuda a Angola, Namíbia e Zimbabué, com o objetivo de travar o avanço dos guerrilheiros da RCD no leste congolês (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

Embora tenha alcançado um acordo formal, em 2002, a RDC (ex Zaíre) continua sendo palco de diversas instabilidades internas. Desta forma, emergem as seguintes questões: de que maneira os conflitos na RDC estão relacionadas com a atuação da política externa Angolana? Que medidas o Estado Angolano tem feito para mediar tais conflitos e garantir a manutenção da paz, segurança e estabilidade naquele país?

Este projeto de pesquisa tem como propósito analisar de que maneira Angola tem usado a sua política externa para atuar nos conflitos internos da República Democrática do Congo. Busca-se identificar quais instrumentos são utilizados para a manutenção da paz, segurança e estabilidade no entorno angolano.

Há relativamente poucos trabalhos acadêmicos sobre a Política externa Angolana (PEA) e sua atuação nos conflitos na RDC, por este motivo, com esta pesquisa queremos contribuir para o alargamento desta literatura, especialmente sobre a atuação da PEA. Esta temática é importante dado que a posição geopolítica de Angola, que se configura como um ator relevante em África, principalmente na região central e austral do continente.

Assim, para concretizarmos a nossa pesquisa usaremos o método qualitativo, a pesquisa bibliográfica e pesquisa ou análise documental. A escolha do método qualitativo deu-se pelo simples fato dela ser importante para a interpretação dos dados que serão obtidos durante as leituras e que tornarão possível o processo de escrita do nosso projeto de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é de suma importância em todo o trabalho científico, pois ela ajuda e facilita o trabalho do pesquisador em estudos de assuntos de seu interesse que podem ser encontrados em obras de outros autores. A pesquisa ou análise documental é indicada, adequada e de suma importância para a nossa pesquisa, pois, ela tem o intuito de confirmar a veracidade de certos acontecimentos.

Portanto, o uso da metodologia e as técnicas citadas acima, nos ajudarão a responder a nossa pergunta de pesquisa e serão de extrema importância para a concretização e o sucesso da nossa pesquisa.

## 2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

Angola é um país da África Austral, possui fronteiras ao norte com o Congo Brazaville e a República Democrática do Congo, ao leste também pela República Democrática do Congo e Zâmbia, ao sul pela República da Namíbia e ao oeste banhado pelo oceano Atlântico. Após a independência, em 1975, o país passou por 27 anos conturbados, especialmente provocados pelos efeitos da Guerra Fria e da guerra civil que assolou o país até 2002. Após o termino de tais conflitos, junto aos efeitos da globalização no início dos anos 90, surgiram novas oportunidades, inclusive de política externa, para Angola (JOVITA, 2017).

Com o fim da guerra civil e regional que durou por quase três décadas, o estado angolano, liderado pelo partido no poder MPLA, entrou em uma fase de relativa estabilidade diante das ameaças tanto internas como externas<sup>4</sup>, derrotando assim rivais diretos na região. Isso só foi possível devido ao forte investimento do estado Angolano nas forças de defesa e segurança, bem como o forte investimento nas forças armadas que reforçou a imagem de Angola como uma potência militar na região. (CASTELLANO DA SILVA, 2015).

Segundo Carvalho (2014), desde o fim de guerra civil, que terminou com a assinatura do Memorando de Luena, em 4 de abril de 2002, Angola adotou a reconstrução do país como prioridade, incorporando os temas de construção da paz, estabilidade e garantia de segurança em sua agenda doméstica e externa.

Desta forma, é de suma importância compreender como se dá a atuação da Política Externa Angola na garantia de paz e segurança, sobretudo no âmbito regional. Esta pesquisa justifica-se em refletir sobre o papel de Angola na manutenção de estabilidade e a paz com os países vizinhos, especialmente no ensejo de que este seria um objetivo primordial da Política Externa Angolana.

Dentre os vizinhos angolanos, a República Democrática do Congo se destaca como um consistente foco de instabilidades. A RDC experimentou quatro anos de Guerra Civil, finalizada em 10 de julho de 1999, com um acordo de cessar-fogo, conhecido como o acordo de Lusaka. Este acordo foi assinado entre RDC, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbabué e pelos grupos armados congolezes o *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (RCD) e o *Mouvement de Libération du Congo* (MLC). (SITA, 2017).

---

<sup>4</sup> "[...] quanto ao caso de Angola, os conflitos foram múltiplos classificando-se em: intraestatal entre o MPLA e a UNITA (1975-2002), interestatais com ex-Zaire (atual RDC) (1975), com a África do Sul (1987-1988) [...]" (JOVETA, 2017, p. 29).

Em 1999, a Organização das Nações Unidas criou a MONUC (Comissão da ONU na RDC) com o intuito de fiscalizar os avanços dos acordos de cessar-fogo entre os envolvidos, desalojar e desmantelar grupos rebeldes no país. Em 2001, Kabila foi assassinado e o país mergulhou na instabilidade política e social. Joseph Kabila substituiu seu pai, fazendo esforços na promoção de diálogo entre as partes do conflito no Congo. Nesse mesmo momento, Ruanda e a República Democrática do Congo, mediado pela MONUC, assinaram um acordo de paz, em 2002, que incluía a retirada das forças ruandesas da RDC e o compromisso do governo congolês em desarmar os grupos dissidentes de seu território (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

Ainda que se tenha chegado a um acordo formal, a situação de instabilidade na RDC permanece, o que é percebido como um risco às fronteiras de Angola. Neste cenário, as seguintes questões emergem: de que maneira os conflitos na RDC estão relacionadas com a atuação da política externa Angolana? Que medidas o Estado Angolano tem feito para mediar tais conflitos e garantir a manutenção da paz, segurança e estabilidade naquele país?

A escolha do tema da nossa pesquisa deve-se em primeiro lugar ao interesse acadêmico e científico do mesmo, pois trata-se de um assunto atual e porque manter a estabilidade e a paz com os países vizinhos faz parte dos objetivos da Política Externa Angolana. O tema da nossa pesquisa deve-se também pela fascinante trajetória de Angola desde a sua independência ao fim da guerra civil em 2002, a rápida ascensão de Angola de um estado crítico, assolado pela guerra civil durante quase três décadas à um ator relevante em África como mediador de conflitos e um estado comprometido com a manutenção da paz e segurança no continente, e a sua nomeação como membro não permanente do conselho de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Um outro motivo que nos levou a pesquisar sobre esse tema é no que diz respeito a posição geográfica de Angola que permite que ela esteja entre as regiões Centro e Sul do continente africano e fazer parte de 3 organizações regionais importantes que são: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comissão do Golfo da Guiné (CGG), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) a sua presença nesses blocos Económicos dão suporte a influência de Angola na região permitindo ao Estado angolano conquistar um lugar de destaque nos principais fóruns de decisão em África, de modo a ser visto como um estado respeitável e credível.

Pesquisar e discutir sobre a Política Externa Angolana e o seu papel nos conflitos na RDC torna-se desde já um enorme desafio, pois observamos que poucos autores e a autoras

desenvolveram ou falam sobre essa temática no campo das relações internacionais africanas, bem como a diplomacia enquanto o seu principal instrumento, especialmente em língua portuguesa. Por outro lado, constitui uma pesquisa de bastante importância e relevância a nível académico, pois pretendemos contribuir para os próximos estudos ou pesquisas sobre a Política Externa Angolana e resoluções de conflitos na RDC no campo das relações Internacionais e da Ciências Políticas.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a atuação da Política Externa Angolana nos conflitos internos da República Democrática do Congo (2002 – 2017).

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a política Externa Angolana
- Entender as razões dos conflitos na RDC;
- Analisar de que maneira os conflitos da RDC afetam Angola;
- Identificar quais instrumentos a PEA utiliza para atuar na manutenção da paz no caso da RDC;

### **4 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

#### **4.1 VISÃO GERAL SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA**

As discussões sobre o estudo da política externa (PE) e seu conceito não só abrange o campo das relações internacionais, mas também é estudada ou debatida nos campos da Ciência Política e História. Não existe uma concepção única sobre o tema, mas verifica-se semelhanças nas características de cada conceito.

De acordo com Santos (2000, p. 93), "a política externa é um conjunto de ferramentas do poder político que exerce suas funções fora do limite nacional para criar cooperações de aplicabilidade de leis e normas governamentais com outros Estados."

Ainda Herman (1990), acrescenta que política externa é:

Um programa orientado para a resolução de objetivos ou de problemas elaborado por formuladores de políticas com autoridade (ou pelos seus representantes), direcionado a entidades estrangeiras fora da jurisdição política dos formuladores de política. (HERMANN, 1990, p.5).

Segundo o que foi dito acima, entende-se política externa como ações que visam concretizar objetivos propostos por estadistas ou órgãos específicos de um determinado estado com olhar para outros atores estatais, não estatais e externos.

Nesta ordem de ideia, Gomes (1990) acrescenta que PE são ações levadas a cabo por um determinado Estado em relação ao outro ou aos demais atores internacionais, com a perspectiva de alcançar suas metas, interesses ou objetivos. Segundo Santos (2012), a PE é uma série de ações desenvolvidas por um país, empregadas por intermédio de instituições ou órgãos responsáveis pelo uso de meios e ferramentas próprias para aplicação dessas políticas.

Rosati (1994, p. 225 Apud FREIRE; VINHA, 2011, p. 20) salienta que a PE é "o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo atual e futuro".

Já Pinheiro (2004), diz que política externa pode ser conceituada como:

"[...] Conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados [...] formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional"(PINHEIRO 2004, p. 5).

As contribuições dadas pelos demais autores citados acima, dão-nos bases suficientes e credíveis do ponto de vista teórico, para entender-se de forma concisa e clara sobre o conceito de política externa.

Política externa também é percebida como política pública. De acordo com Anderson (2003) política pública é:

As políticas públicas são aquelas desenvolvidas por órgãos e funcionários governamentais. (atores não governamentais e fatores podem, é claro, influenciar o desenvolvimento de políticas públicas.) As características especiais das políticas públicas decorrem de serem formuladas pelo que o cientista político David Easton chama de "autoridades" em um sistema político, ou seja, "anciãos, chefes supremos, executivos, legisladores, juizes, administradores, conselheiros, monarcas e afins". Pessoas que "envolvem-se nos assuntos diários de um sistema político" são "reconhecidas pela maioria dos membros do sistema como responsável por esses

assuntos" e tomar ações que sejam "aceitas como obrigatória na maioria das vezes pela maioria dos membros, desde que atuem dentro dos limites de seus papéis." Em suma, as políticas públicas são aquelas produzidas por funcionários e agências governamentais. Elas também costumam afetar um número substancial de pessoas. (ANDERSON, 2003, p. 2).

Ainda de acordo Jenkins (1978), a política pública é “um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator político ou grupo de atores sobre a seleção de objetivos e os meios para alcançá-los dentro de uma situação específica” (JENKINS, 1978, p.15). Pedone (1986, p. 10) argumenta que “a política pública é a relação entre a teoria e a ação do Estado”.

A concepção realista favoreceu, por muito tempo, a construção de marcos interpretativos “de que a política externa seria um campo distante do cotidiano dos cidadãos a ser executado por estadistas, diplomatas e militares” (MILANI; PINHEIRO, 2012, p. 15-16 apud SILVA. 2018, p. 85).

Essa ideia de olhar o Estado a partir da teoria realista influenciou por muito tempo a ideia de que seria impossível a política externa ser relacionada como uma política pública. Para os realistas, de acordo Fernandes (2009 Apud SOUSA 2014):

Para os seus autores, o Estado é um actor unitário e racional que age de maneira constante e homogénea (representando o conjunto dos seus membros de forma igual) e em defesa do interesse nacional. Essa racionalidade é percebida na defesa de um interesse nacional a um nível internacional, tendo por propósito os maiores ganhos a menor custo (custo-benefício), de forma totalmente amoral (FERNANDES, 2009 apud SOUSA, 2014, p.113-114).

Para a teoria realista, os estados são unitários e racionais, ou seja, para além do estado ser o único ator, ele também racionaliza os seus movimentos na arena internacional a fim de conseguir alcançar os seus objetivos com o mínimo esforço possível.

Nos últimos anos, foram publicados vários estudos tais como o de Putnam 1988, Milner 1997 e Martin 2000 que falam sobre política externa e problematizam o modelo da teoria realista que tem o estado como unitário, nos seus estudos esses autores pesquisaram a política externa incluindo não só o estado mas também de outros atores não estatais. (PASQUARELI, 2010).

Putnam questiona, em sua obra “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”, esse olhar realista de ver o estado como um ator unitário, explicando como o cenário doméstico está vinculado com as relações internacionais e como elas interagem. Pois, para Putnam 2010, de certa forma a política externa e interna estão ligadas, de modo que seria irrelevante discutir se uma delas influenciasse a outra.

Ainda de acordo com a explicação de Helen Milner (1997 Apud Da Silva, 2015, p. 15), a política doméstica e as relações internacionais estão profundamente associadas: o *status* internacional de um país tem um efeito muito importante nos assuntos domésticos e econômicos, tal como a situação interna influencia no comportamento do mesmo nas relações exteriores. Putnam (2010) e Milner (1997) usam os seus estudos como forte crítica a corrente teórica realista, que de certa forma põe de lado o cenário doméstico tratando assim o estado como um ator unitário.

Putnam (2010) usa a metáfora do jogo de dois níveis para explicar como as interações tanto internas como externas funcionam na arena internacional, o autor afirma que:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das pressões externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 151).

Portanto, podemos argumentar que o cenário doméstico e o externo de um país estão intrinsecamente ligados, pois a política doméstica é determinante e importante para a formulação da política externa. Deste modo podemos afirmar que a política externa é como as demais políticas (ainda que de caráter único), uma política pública (DA SILVA, 2015, p. 16).

Sendo uma política pública, a PE tem como um de seus estágios iniciais o processo de formulação. "Neste sentido, os trabalhos de Snyder (1954), Sprout (1956), Rosenau (1966) destacando a importância de vários atores no processo de formulação e decisão da política externa" (HEBLING, 2014, p. 1). Segundo Milani e Pinheiro (2013), desde que a política externa se constituiu como uma das áreas importantes da disciplina de RI, e depois da publicação da obra de Snyder, a análise de política externa assumiu a arena doméstica, especificamente o processo de decisão como elemento para se explicar como os Estados agem na arena internacional.

“O estudo de Snyder, Bruck e Sapin foi inovador, pois identificou o decisor humano como o principal determinante do comportamento do Estado. Desta forma, o foco da análise centrou-se no decisor e no seu entendimento da situação” (FREIRE; VINHA 2011, p. 15). De igual modo, segundo Freire e Vinha (2011), a obra de Herman e Margaret Sprout foi também importante para determinar os chamados *psycho milieu*, que é o ambiente psicológico no qual

as decisões são definidas, e o *operational milieu*, o ambiente operacional onde as decisões são executadas.

Rosenau reforça a necessidade de usar os saberes de outras ciências para explicar a política externa, contribuindo assim para uma análise multi-nível e multi-casual da complexidade ligada ao entendimento de política externa (FREIRE E VINHA, 2011, p. 15). Segundo Milani e Pinheiro (2013):

[Rosenau] reforçou a premissa de que atores e fatores domésticos não eram menos relevantes para a formulação e o conteúdo da política externa do que o contexto internacional, somando esforços à sua contribuição anterior em que já apontara a necessidade de desenvolver uma teoria que desse conta dos diferentes níveis de análise para explicar a política externa dos Estados (MILANI e PINHEIRO 2013, p. 13).

O estudo de Rosenau foi de grande importância para subcampo da análise de política externa, pois reforçou que os atores e fatores que constituem a arena doméstica são importantes na formulação da política externa e o quanto era necessário desenvolver uma teoria generalizada ou ampla capaz de explicar a política externa de qualquer estado. Desta forma, esta percepção do que é política externa e de como ela articula o doméstico e o internacional é relevante para o desenvolvimento desta pesquisa.

#### 4.2 POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

África, apesar de ser erroneamente referida como um país, é um continente muito grande. A política externa em África é um campo muito complexo, pois existem mais de 50 estados que, embora compartilhem trajetórias parecidas, possuem particularidades importantes, como cultura, povo, língua e etc. No quesito colonialismo e reconquistas da independência dos países de África, é admissível dizer que os países africanos são possivelmente as nações mais jovens no mundo. Baseando-se na história, apenas os países como Egito, Etiópia e Libéria são considerados nações que tiveram longos períodos de experiência diplomática no que se refere à diplomacia moderna.

Mas isso não quer dizer que aquilo que hoje se conhece como diplomacia em África se deu início com o advento da colonização. Podemos argumentar que a diplomacia e a sua atuação por meio de diplomatas não são assuntos recentes no continente africano. Desde o antigo Egito e Cartago à época pré-colonial, já haviam estados independentes que lidavam com questões diversas, dentre elas as relações com vizinhos, conflitos, trocas comerciais,



dentre outros. Por exemplo, o antigo Rei do Reino do Benin e seu súdito de Animt, que hoje é Lagos (a atual capital da Nigéria), foram um dos primeiros a reconhecer a independência do Brasil de Portugal, por meio de um mensageiro enviado pelo Rei do Benin (OKOTH, 1990).

Quanto à política externa dos países africanos no período pós-colonial, havia obstáculos extras, África tinha mais de 50 estados, o que já era impressionante pois era um terço dos membros que compunham as Nações Unidas. Tais países tinham diferenças em questões territoriais, diferenças de cultura, ideologia, tradição e entre outros. Mas apesar de todo esse contraste, eles têm também aspectos que tem feito com que muitos generalizem as políticas externas desses países africanos tais como: serem ex-colônias de países europeus, sofrer com o subdesenvolvimento, a pobreza, instabilidade políticas e a sua união contra o *apartheid* durante o século XX (ALUKO, 1991).

Segundo Akokpari (1999), a política externa dos países africanos foi se reformulando desde a independência desses países. As políticas externas naquele tempo iam desde a descolonização, o não alinhamento<sup>5</sup>, a crise das dívidas, o ajuste estrutural, a democratização, a marginalização e os conflitos armados.

Atualmente, a orientação da política externa dos países africanos direciona-se a novos “programas de desenvolvimento econômico incluindo o engajamento de parceiros estratégicos novos e tradicionais e a renovação das instituições regionais, processos também envoltos em um ambiente de insegurança econômica” (AKOKPARI, 2001, p. 35).

Portanto, é possível dizer que a estabilidade regional tem se tornado como um dos assuntos de destaque na agenda da política externa em África. Estados e organismos regionais têm se envolvido na pesquisa de medidas para a prevenção, contenção e resolução de tais conflitos. A incerteza sobre o término desses conflitos faz com que os assuntos como conflitos regionais estejam entre um dos assuntos mais importantes na agenda da política externa no continente. Porém, apesar de assuntos como dívidas, ajuste estrutural, pobreza, regimes antidemocráticos fazerem parte das políticas dos estados africanos, assuntos como rebelião, divergências internas e conflitos continuarão sendo as principais inquietações de suas políticas externas (AKOKPARI, 1999).

Para se entender a Política Externa de Angola (PEA), é necessário perceber a variação da mesma ao longo do tempo. Segundo Bembe (2016), a Política Externa Angolana engloba quatro momentos importantes até aos dias atuais. O primeiro momento da PEA compreende

---

<sup>5</sup> O não-alinhamento foi uma estratégia de política externa difundida entre um grupo de países do então chamado Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. Caracterizava-se pelo gerenciamento autônomo de uma agenda internacional dissociada das pressões por alinhamento automático a um dos blocos antagonísticos do conflito bipolar (CURADO, 2018, p. 57).

de 1950 a 1960, período marcado pelo processo de luta pela independência e pela escolha política e ideológica pelo partido que proclamou a independência de Angola. O segundo momento diz respeito aos anos de 1975 a 1992, período marcado por muitos acontecimentos, desde o desenvolver de uma política externa angolana pós-independência, o fim da URSS, adoção de uma nova orientação política-ideológica e outras mudanças estruturais na ordem internacional. O terceiro momento é marcado pelas primeiras eleições, em 1992, e pela continuação da guerra civil, que terminou em 2002. Este período é marcado pela tentativa de reconciliação nacional angolana, o processo de reconstrução do país liderado pelo então presidente José Eduardo dos Santos, com realce às políticas de criação de uma estrutura administrativa, reconhecimentos das autoridades tradicionais, a distribuição de forças tanto policiais como militares em todo o território angolano. A quarta fase compreende o ano de 2002 até aos dias atuais, marcada pelo processo de transição política, o reforço e a promoção do processo democrático e o aumento e aprofundamento das relações multilaterais e de cooperação bilaterais com as outras nações (BEMBE, 2016).

De forma geral, os princípios que guiam a política externa angolana dão primazia ao respeito pela soberania e à independência nacional, igualdade entre os Estados, direito dos povos à autodeterminação e à independência, solução pacífica dos conflitos, respeito aos direitos humanos, não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção, tráfico de seres e órgãos humanos, cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade (ANGOLA, 2010).

Atualmente, pelo que se percebe ao analisar a política externa angolana, ela tem dado bastante relevância aos assuntos como segurança e desenvolvimento, principalmente na atuação do estado Angolano dentro de organizações continentais e regionais como União Africana (UA), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). E em organizações internacionais como na Organização das Nações Unidas (ONU) Angola tem dado a sua modesta contribuição na procura da paz e segurança internacional (BEMBE, 2016). Ainda segundo Bembe (2016):

Nos últimos anos, Angola tem granjeado respeito e confiança dos parceiros internacionais e regionais. Deste prestígio, em 16 de Outubro de 2014, os 193 membros da Assembleia Geral da ONU, reelegeram Angola com 190 votos, como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-NU) para o período de 2015-2016, depois de ter cumprido o primeiro mandato no biênio 2003-2004, um ano após a assinatura do acordo de paz com a UNITA, que colocou

fim aos 26 anos de guerra civil. Nesta eleição, a Diplomacia angolana garantiu não apenas o apoio da União Africana, mas também da China e da Rússia (Membros Permanentes do Conselho de Segurança ao lado dos EUA, da França e da Inglaterra) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Angola preside igualmente a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), para um mandato de dois anos (2014-2015); o Processo Kimberley para o ano de 2015 e o FORUM PALOP - Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (2014-2016), desde a Cimeira Constitutiva, realizada em Luanda, em 30 de Junho de 2014 (BEMBE, 2016, p.45 e 46).

Portanto, o aumento da influência angolana no plano regional, que tem sido usada muitas das vezes como palanque de conciliação e entendimento entre os estados africanos em litígio, o que nos faz perceber a importância de Angola nas últimas décadas, de modo que se considera por este motivo, uma necessária a reafirmação de sua política externa angolana na região. (GINGA, 2020).

Angola tem construído uma reputação e um protagonismo notável quanto a condução de questões como defesa, paz e segurança e resoluções de conflitos no continente africano, A missão de Paz de Angola na Guiné Bissau (MISSANG), a doação por parte do governo angolano do edifício sede da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) na capital Angolana destinadas ao Secretariado Executivo daquela organização sub-regional, o envio de 160 efetivos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) na missão conjunta de prevenção da SADC no Lesoto, dois mandatos sucessivos de Angola na presidência da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), a Missão de Paz e estabilização na República Centro Africana e seu mandato exitoso como membro não permanente no Conselho de Segurança da ONU, refletem como as questões tais como segurança, resoluções de conflitos e manutenção de paz na região e em África têm tido uma atenção especial por parte do governo angolano afim instrumentalizar a sua política externa (JOSÉ, 2011; TV ZIMBO, 2013; CHICOTI, 2017; ANGOP, 2017).

## **5 METODOLOGIA**

Quanto à metodologia, para respondermos o nosso problema de pesquisa que é a análise da Política Externa Angolana na RDC, será imprescindível a utilização da metodologia qualitativa. A escolha do método qualitativo deu-se pelo simples fato dela ser importante para a interpretação dos dados que serão obtidos durante as leituras e que tornarão possível o processo de escrita do nosso projeto de pesquisa.

Pois, segundo Santo (2015), "a metodologia qualitativa possibilita fundamentar conceitos, bem como recolher, refletir e, sobretudo, analisar ou interpretar as informações sobre o seu objeto de estudo" (Santo, 2015, p. 27).

Deste modo, torna-se imprescindível a utilização de mais de uma técnica de pesquisa. Para isso, usaremos a pesquisa bibliográfica e também a análise documental. Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica estende-se as obras já publicadas referentes a um determinado tema estudado, que vão desde obras como: artigos, jornais, pesquisas, monografias, teses e etc. Seu objetivo é ajudar o pesquisador a entrar em contato direto com toda a obra já escrita, falada ou gravada sobre um determinado tema.

A pesquisa bibliográfica é de suma importância em todo o trabalho científico, pois ela ajuda e facilita o trabalho do pesquisador em estudos de assuntos de seu interesse que podem ser encontrados em obras de outros autores. Assim sendo, coletaremos os dados pretendidos em vários bancos de dados e repositórios eletrônicos como a Biblioteca Eletrônica Científica Online – *Scielo*, Acervos, relatórios e bibliotecas online de organismos internacionais e regionais tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), Comissão do Golfo da Guiné (CGG), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), materiais bibliográficos de outros autores como: Dissertações de Mestrado, Pesquisas, Monografias e etc.

Já a pesquisa documental, segundo Gil (1999), é idêntica à pesquisa bibliográfica. As diferenças entre elas estão em suas fontes. A pesquisa bibliográfica é utilizada principalmente nas contribuições de autores que abordam o assunto em questão, e a documental utiliza fontes primárias. A pesquisa ou análise documental é indicada, adequada e de suma importância para a nossa pesquisa, pois ela tem o intuito de confirmar a veracidade de certos acontecimentos. O nosso projeto de pesquisa propõe uma delimitação temporal nos períodos compreendidos de (2002 – 2017), por essa razão, pretendemos analisar documentos oficiais em Angola como relatórios, despachos diplomáticos que podem ser encontrados na Biblioteca do Ministério da Defesa, de artigos do Jornal de Angola e do Ministério das relações exteriores (MIREX), Biblioteca das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de Documentos oficiais e da Biblioteca da Embaixada da República Democrática do Congo em Angola.

Quanto à sistematização a fim de guiar a nossa pesquisa, utilizaremos as palavras chaves como: política externa Angola, política externa, relações e cooperações Angola-RDC, Conflitos em África, Resoluções de conflitos em África, segurança e paz em África.

A nossa pesquisa será dividida por duas etapas, nesta primeira fase, faremos a coleta dos dados o que se refere a política externa angolana face a RDC, faremos uso de documentos oficiais, despachos, relatórios dos dois países , relatórios da SADC, ONU, ACNUR, SADC, UA, CGG, CEEAC e CIRGL sobre a atuação da política externa angolana face os conflitos na RDC e a revisão das informações recolhidas, a fim de obtermos os dados específicos para a produção do trabalho final e conseqüentemente, apresentarmos os efeitos da política externa angolana na RDC, como conflitos dentro do território da RDC afetam os países vizinhos e como Angola tem agido diante dessas questões. Na segunda e última etapa, apresentaremos os resultados e a conclusão da nossa pesquisa.

Todas as fontes de dados devem abordar sobre o assunto, essas e mais informações vão servir de fonte para dar suporte, robustez e sustentabilidade na nossa pesquisa, a fim de produzir uma pesquisa científica confiável e concisa.

Portanto, o uso da metodologia e as técnicas citadas acima, ajudarão a responder a nossa pergunta de pesquisa e serão imprescindíveis para a concretização e o sucesso do nosso projeto, que culminará em um artigo científico.



## Referências

- AKOKPARI, John K. Changing with the Tide: The shifting orientations of foreign policies in sub-Saharan Africa. **Nordic Journal of African Studies**, Helsinki, v. 8, n. 1, p. 22–38, 1999. Disponível em: <<http://www.njas.helsinki.fi/pdf-files/vol8num1/akokpari.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- AKOKPARI, John K. Post-Cold War International Relations and Foreign Policies in Africa: New Issues and New Challenges. **AJIA - African Journal of International Affairs**, Dakar, v. 4, n. 1-2, p. 34–55, 2001.
- ALUKO, Olajide. "The foreign policies of African states in the 1990s." **The Round Table** 80.317 (1991): 33-44.
- ANDERSON, J. E. Políticas públicas: uma introdução. Boston: Houghton Mifflin Company, pp. 1 – 34, 2003. Disponível: <https://pdf4pro.com/view/anderson-j-e-2003-public-policy-making-an-554c59.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- ANGOP. **Angolanos partem para missão de paz no Lesotho**. Youtube. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u8vUzdzEvPQ>. Acesso em: 22 jan. 2022
- ANGOLA. Presidente (1979-2017: José Eduardo dos Santos). **Discurso sobre o estado da nação na abertura da II sessão legislativa da assembleia nacional**. Luanda, 15 out. 2013. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/leia-na-integra-o-discurso-do-presidente-jose-eduardo-dos-santos/1771017.html>. Acesso em: 22 out. 2021.
- BARBOSA, Luciana Mendes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ano. 4, n. 45, p. 01-08, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.puc-minas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7452/6455>>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BEMBE, Miguel D. (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. **Revista Mulemba**, Luanda, v. 11, n.6, p.25-55, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/1281>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- Carvalho, António Luvualu de. **Angola um Ator Importante no Peacemaking e Peacekeeping em África**. Luanda: Universidade Lusíada de Angola. 2014.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). *Austral*: **Revista Brasileira de Estratégia E Relações Internacionais**, 2015, 4.7: 139-172.
- CHICOTI, Georges Rebelo. **Análise da Diplomacia Angolana em 2016 e Perspectivar 2017**: grande entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Georges Rebelo Chicoti. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=4dQZ5QIIWq0&ab\\_channel=DomingosPivot](https://www.youtube.com/watch?v=4dQZ5QIIWq0&ab_channel=DomingosPivot). Acesso em: 22 de jan. 2022. *In*: TPA Global. Luanda. 2017.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola de 2010**. Luanda, 2010. Disponível em: [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. **Não-alinhamento, cooperação internacional e desenvolvimento no contexto da Guerra Fria: O caso Egípcio (1955-1967)**. Rev. Carta Inter, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2018, p. 56-75

DA SILVA, Danielle Costa. Política externa é política pública: reflexões sobre a política externa brasileira. **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, 2015, 4.1: 13-23.

DA SILVA, Lucas Peixoto Pinheiro. Política Externa como Política Pública: O processo de “politização” da política externa brasileira na nova república. **Revista Hoplos**, 2018, 2.2: 82-97.

FREIRE, M. R.; DA VINHA, L. Política externa: modelos, actores e dinâmicas, in Maria Raquel Freire (org.), **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 13-54. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINGA, Damião Fernandes Capitão. **A influência do mar como elemento da política externa angolana: uma diplomacia naval angolana**. Real Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 526-555. maio/agosto. 2020.

Gomes, G. S. **Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional**. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56\\_GSantaClaraGomes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf) Acessado em: 05/01/2020.

HEBLING, Matheus Lucas. “Determinantes da formulação de política externa.” **II Semana de Pos Graduação em Ciência Política** – Repensando a trajetória do Estado brasileiro da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em. Acesso em: 20 ago 2021.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**. Vol. 34, No. 1 (Mar., 1990), pp. 3-21 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2600403>. Acessado em: 20 jan. 2022

JENKINS William I.. **Policy analysis**. A Political and Organisational Perspective, London: Martin Robertson, 1978.

JOSÉ, J. **A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. 2011. xxx f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

JOVITA, João Baptista. **A Política externa de Angola e as estratégias atuais**. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2017.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Pedro Alexandre Nobre Santos. **A Crise do Congo vista pela Imprensa Portuguesa (1960-1965)**. 2014. 136. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações Internacionais) -Departamento de História, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública**. Contexto internacional, 2013, 35: 11-41.

MIRANDA, Maria Alice Manuel. **Angola e a resolução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos: o caso da CIRGL**. 2018. 106. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

MIREX. **Princípios da política externa da República de Angola**. Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/politica-externa/politica-externa>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OKOTH, P. Godfrey. The African Style of Foreign Policy: Instruments of Diplomacy. **The Journal of East and West Studies**, Vol. 19, No. 2 (October, 1990), 143-164.

PEDONE, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. 1ª. ed. Brasília: FUNCEP-Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. v. 1. 48 p.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/1s8n8xx>. Acesso em: 20 jan. 2022

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. **Política Externa como Política Pública: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula**. Revista Política Hoje, 2010, 19.1.

PUTNAM, Robert D. (2010). “Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. In. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, vol.18, nº 36, junho, pp. 147-174.

SANTO, Paula **Espírito do** (2015). **Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas** (2ª Ed). Lisboa: Sílabo.

SANTOS, Victor Marques dos. Reflexões sobre a problemática da avaliação de resultados em análise de política externa. **Discursos: estudos em memória do Prof. Doutor Luís Sá**, p. 93-109, 2000.

SANTOS, Victor Marques dos. **Elementos de análise de política externa**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, p.271, 2012.

SITA, Sílvia Crislaine de Almeida. **A Geopolítica de Angola na África Austral: Diplomacia e Política Externa de Angola na África Austral- SADC**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Departamento de Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa, p. 111. 2017.

SOUSA, Pedro Ponte e. A política externa como política pública? Diálogos entre estudos políticos e Estudos internacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 5, n. 2, 2014.

TV ZIMBO. **Ministro das Relações Exteriores entrega chaves do novo edifício da CGG**. Youtube. 2013. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=bBfk6yUqRnE&ab\\_channel=TvZimboOficial](https://www.youtube.com/watch?v=bBfk6yUqRnE&ab_channel=TvZimboOficial). Acesso em: 20 de jan. 2022.

UNHCR. **Angola: Refugees Arrive from Kasai, DRC**, 2017. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/stories/2017/5/591ec8ba4/angola-refugees-arrive-from-kasai-drc.html>. Acesso em 20 nov. 2021.

VALENZOLA, Renato Henrique. O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do estado na regulação das relações sociais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília. Edição 12, 59-86, Novembro. 2013.